

## Reintegrando o Brasil ao comércio global

*(Artigo publicado no Estado de São Paulo em 16/10/2016)*

**Pedro da Motta Veiga (CINDES)**

**Sandra Polónia Rios (CINDES)**

Foi há uns três ou quatro anos. Medidas de desoneração fiscal e abundantes créditos do BNDES materializavam os esforços (mal sucedidos, como se sabe) do governo Dilma Rousseff para por de pé uma política industrial. Do lado da política comercial, a aplicação de um número crescente de direitos antidumping tentava - também sem sucesso - controlar o crescimento das importações.

Nessa época as ideias sobre as cadeias globais de valor ganharam popularidade mundo afora e chegaram ao Brasil, onde alimentaram críticas bastante genéricas ao modelo de inserção internacional da economia brasileira, visto como responsável pelo isolamento do país em relação às cadeias de valor.

Alguns trataram de culpar a Argentina dos Kirchner e o Mercosul pelo nosso isolamento. Dessa retórica - em que sobressai a falta de autocrítica - surgiria a ideia de que o Brasil tem que liderar a reversão do Mercosul a uma área de livre comércio. As orientações de política econômica do governo Macri esvaziaram essa retórica e de certa forma colocaram o Brasil diante do espelho, no que se refere às suas opções de inserção internacional.

A imagem de um mundo organizado em cadeias de valor do qual o Brasil estaria excluído continua em circulação, mas com a mudança política no país foi-se além da etapa das constatações e ganhou espaço o debate sobre como reintegrar-nos ao mundo.

Nesse debate, ainda insipiente, a estrela principal têm sido os acordos comerciais: para muitos, estes devem ser o vetor de reintegração do Brasil na economia global, porque garantiriam reciprocidade aos movimentos de abertura feitos por nosso país. Os acordos seriam por definição uma opção de política superior à abertura unilateral da economia.

Um argumento intuitiva e politicamente insuperável: por que abrir sem pedir nada em troca? Há, no entanto, alguns problemas com o argumento.

Em primeiro lugar, o ambiente político internacional - e, em especial, o que cerca os acordos comerciais - está em franca deterioração. O Brexit e as críticas ao TPP - Parceria Transpacífica - nos EUA são exemplos eloquentes disso. A União Europeia, nossa principal esperança de acordo, além de ter o Brexit para gerenciar, enfrenta fortes resistências às negociações com os EUA (no TTIP) e à ratificação de seu acordo com o Canadá.

Embora seja possível avançar em acordos com outros parceiros comerciais menos relevantes, é inevitável a sensação de que o Brasil perdeu o "bonde" dos acordos comerciais. Este quadro coloca em xeque a própria hipótese de que, em tempo relativamente curto, os acordos comerciais sirvam para reintegrar nossa economia ao mundo.

Em segundo lugar, como a economia brasileira é muito mais fechada comercialmente do que a dos seus (pequenos e grandes) parceiros, qualquer negociação comercial será percebida no Brasil como assimétrica e “injusta”. Nas negociações, os outros países partirão de um *status quo* que reflete movimentos de liberalização já realizados e que geraram tarifas mais baixas, principalmente no setor industrial. Já o Brasil partirá de um nível de proteção mais elevado e terá que reduzi-lo substancialmente se pretender que os acordos gerem áreas de livre comércio. Portanto, se a opção pelos acordos tiver uma motivação sobretudo política, há poucas chances de que ela seja eficaz.

Há ainda um terceiro problema com o argumento, mas ele só aparece se se percebe a reintegração comercial do Brasil ao mundo como um componente essencial de um novo modelo de crescimento do país, em que a produtividade e a competitividade desempenharão papel central na dinâmica da economia. E o país não pode esperar mais de dez anos até que os acordos sejam negociados e comecem a ter algum efeito prático sobre o grau de abertura da economia.

Sob essa ótica, e reintegração da economia brasileira ao mundo passa principalmente pela abertura comercial. E a escolha entre liberalização unilateral e liberalização via acordos sequer se coloca, já que é possível combinar os dois vetores de reinserção externa de nossa economia.